

SOCIEDADE

ONU indica brasileira para combater racismo

Ativista defende adoção na prática de portaria que cria cotas para negros no funcionalismo

JAMIL CHADE
e MARCOS DE MOURA E SOUZA

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, apontou ontem a brasileira Edna Maria Santos Roland e outras quatro personalidades para monitorarem o cumprimento de políticas de combate ao racismo e discriminação definidas em 2001 durante a Conferência de Durban. O grupo conta com Martti Oiva Kalevi Ahtisaari, ex-presidente da Finlândia, El-Hassan bin Talal, príncipe da Jordânia, o ex-presidente da Organização da União Africana, Salim Ahmed Salim, e Hanna Suchocka, ex-primeiro-ministro da Polônia. Os quatro se reúnem no fim do ano em Genebra para definir sua linha de trabalho. A psicóloga Edna é fundadora da organização não-governamental (ONG) paulista Fala Preta!, da qual se afastou para assumir o cargo na ONU, pelo qual ficará encarregada da América Latina e do Caribe. De Brasília, ela concedeu esta entrevista ao **Estado**:

Estado – Na sua opinião, Como o Brasil está lidando com a desigualdade racial?

Edna Roland – O presidente Lula declarou em campanha sua disposição em favor das cotas e já criou uma secretaria especial (para promoção dos afrodescendentes). Mas ainda há questões não respondidas como, por exemplo, as portarias do ano passado que criam cotas para afrodescendentes no serviço público federal e dão vantagens em licitações a empresas que praticam ações afirmati-

vas. São iniciativas importantes para a promoção racial e até agora não tenho notícia de que estejam sendo aplicadas.

Estado – O preconceito aqui é mais racial ou de condição social?

Edna – São coisas distintas. A condição social pode ser mudada. A origem étnica, não. Costuma-se dizer que negros são discriminados por serem pobres. Mas a pergunta é: por que eles são pobres? As desigualdades são produto da discriminação atual e da passada de geração para geração.

Estado – Qual é a principal medida que América Latina e Caribe devem adotar?

Edna – O ponto de partida é a necessidade de que todos os países reconheçam suas populações afrodescendentes. Há muitas nações que não coletam informações sobre raça e etnia nos censos. Em alguns casos, o interesse é não dar visibilidade a essa questão ou negá-la. Segundo estimativas, há 150 milhões de afrodescendentes na região, um terço da população total. Minha bandeira será a luta pelo reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes e dos povos indígenas, dois principais alvos de discriminação na região.

**JÁ ADMITO
DISCUTIR
QUESTÃO DA
REPARAÇÃO**

Estado – Durban reconheceu a escravidão como crime contra a humanidade, mas não exigiu reparação financeira. A senhora é a favor da medida?

Edna – Essa é uma questão a ser considerada. Já admito a possibilidade de se discutir esse assunto. Todavia, dou mais ênfase às políticas públicas que tenham um foco coletivo – como cotas e investimentos diferenciados em áreas habitadas prioritariamente por afrodescendentes.